

CLASSES MÉDIAS EM CAMINHOS DIVERGENTES

Alfredo Valladão

OUTUBRO DE 2018



Foto: 3ª Conferência de Lisboa “Desenvolvimento em Tempos de Incerteza”, Fundação Calouste Gulbenkian, maio de 2018.

© Clube de Lisboa

A classe média é um tema complexo, porque quando se fala deste conceito nos Estados Unidos ou na Europa, um indivíduo residente num país subdesenvolvido ou em desenvolvimento não vê uma classe média, mas sim uma classe alta.

A classe média dos pobres não é a mesma que a classe média dos ricos.

A questão central é, portanto, a própria definição de classe média. A única definição existente é, como se diz no Brasil, uma definição mercadológica, ou seja, a da sabedoria dos publicitários: classe média é o grupo de pessoas que compra bens de consumo, duráveis ou não, em comparação com os que não têm essa capacidade. Corresponde à famosa “classe C” dos publicitários. Esta definição tem a vantagem de permitir comparar países pobres e ricos sem passar pela questão do nível salarial, focando-se na capacidade de adquirir bens de consumo (casa, carro, viagens, etc.)

Atualmente, está na moda a preocupação com o fim da classe média. Isto porque a maioria dos cientistas sociais acha que este grupo social é o que sustenta a democracia. Sem classe média próspera não existe democracia, o que é uma preocupação, pelo menos para os democratas. Esta equação faz todo o sentido quando olhamos para o século XX: a dita classe média é a filha da 2ª revolução industrial (implementada desde o começo do século XX e desenvolvida depois nos anos 30 e décadas seguintes), de um modelo de produção em massa, para o consumo em massa, graças a uma comunicação de massa.

Quem teve a intuição genial para esse modelo foi o famoso Henry Ford, que criou o primeiro automóvel de massas e que afirmava que era necessário pagar bem aos trabalhadores, para que estes pudessem comprar em massa os seus automóveis. Este tipo de circuito impôs-se no século XX como modelo não só das sociedades ditas industriais e avançadas, mas também atualmente das sociedades emergentes ou em desenvolvimento.

Este modelo precisava de grandes fábricas, cheias de operários comuns que desempenham mais ou menos o mesmo tipo de trabalho e que tomaram consciência dos seus interesses comuns. É daí que vem a ideia do conceito de classe como ator da sociedade.

A famosa classe geral dos trabalhadores do século XIX transformou-se em classe operária, com reivindicações, organizações, etc., acompanhada de uma classe média – com uma parte que os marxistas chamavam de aristocracia operária, mas incluindo também todos os empregados do setor de serviços, em torno deste tipo de produção e consumo em massa, bem como os batalhões de funcionários públicos necessários para garantir o funcionamento deste novo tipo de modelo. Falo do famoso modelo de Roosevelt no final dos anos 30, o *New Deal*, que era “*big labor, big business, big government*”, o qual foi, em boa parte, exportado para a Europa após a II Guerra Mundial. Isto foi feito contra muitas das elites europeias que não queriam ter no continente europeu um consumo de massas, mas como estas elites tinham sido destruídas pela guerra ou estavam falidas, houve uma nova geração que aceitou este modelo com base no Plano Marshall.

Este modelo, que permite a expansão da classe média, foi absolutamente fundamental para o que chamamos democracia representativa. Eu prefiro a designação de democracia representativa partidária, isto é, a base desta democracia é constituída por partidos de massas, verticais, onde uma vanguarda que se acha esclarecida define um projeto de sociedade a partir de uma ideologia, tratando depois de vender esse projeto às massas que querem representar, para angariarem votos e chegarem ao poder.

O problema deste modelo socioeconómico de massa é que, para sobreviver, tem de encontrar permanentemente novos mercados e consumidores solventes, bem como aumentar sempre a produtividade da sua própria indústria, se não esmorece. É uma espécie de corrida, porque mais consumidores representam menos custos (e menos custos através das novas tecnologias ou baixando a renda dos trabalhadores).

Esta corrida infernal que vivemos desde o pós-guerra acaba por criar sempre crises, quando não se consegue seguir esse ritmo. Nos anos 70, a solução para a estagnação dos mercados e das margens das empresas foi o aparecimento de uma nova forma de empresa: as multinacionais. A ideia era instalar unidades de produção em países em desenvolvimento, para tentar aproveitar os possíveis novos mercados que iriam surgir

CLASSES MÉDIAS EM CAMINHOS DIVERGENTES

nesses países e para produzir com mão-de-obra barata para os mercados centrais. Isto permitiu criar os primeiros embriões de classe média em países que entraram nessa lógica. Foram sobretudo os tigres asiáticos, como Taiwan e Coreia do Sul, mas também o Japão num certo sentido, pois tinha acesso ao grande mercado americano e este modelo permitiu-lhes exportar e criar um mínimo de sociedade industrial que deu origem à classe média.

Ao mesmo tempo, foi nessa década que se verificaram os primeiros impactos “negativos” para a classe média americana e europeia, com o fim das três décadas de ouro. Esta solução das multinacionais também começou a exaurir-se muito rapidamente, tendo batido no teto logo nos anos 80.

A salvação foi o fim da Guerra Fria, que abriu um enorme mercado: centenas de milhões de chineses e indianos, a Europa de Leste, etc.

De repente, o capitalismo liberal convenceu toda a gente e foi uma farra. O número de consumidores aumentou de forma brutal, entraram centenas de milhões de trabalhadores baratos, e as novas tecnologias (a mais importante foi, na minha opinião, o *container* que permitiu as grandes exportações e as tecnologias informáticas) permitiram a criação das transnacionais, ou seja, empresas que faziam cadeias globais de valor, com base numa fragmentação muito forte da produção no mundo inteiro. Isto também foi possível graças a uma diminuição importante dos preços de produção das mercadorias. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Walmart começou a vender roupas ao preço da chuva, o que permitiu o aumento do consumo. Mais importante ainda, depois da Guerra Fria, em meados dos anos 90 e 2000, os países ditos emergentes (e particularmente a China) conseguiram nichos bastante rentáveis dentro destas grandes cadeias de produção. Até o Brasil conseguiu alguma coisa, tendo começado a exportar ferro e soja para China, com preços elevados.



A China encontrou um nicho que foi fabricar produtos finais importando todos os componentes de vários sítios e vendendo depois para os Estados Unidos e a Europa, que representavam (e ainda representam) 60% do consumo privado mundial. Qualquer coisa produzida no mundo terá de ser comprada pelo menos 60% pelos consumidores europeus e norte-americanos, o que significa que, se eles não comprarem, é mau para todo o mundo. Nesses países emergentes, foi assim possível a criação de uma significativa classe média: desde logo, de operários industriais, mas também da classe que vem em conjunto com isso.

Isto foi interessante para esses países, só que os países do Norte, mais industrializados, começaram a ter problemas: houve muito emprego que se deslocou para fora e foi difícil manter a prosperidade dessa grande classe média que tinha sido criada nas décadas anteriores. A solução foi recorrer a empréstimos. Todos os países se endividaram, quer no privado quer no público, e chega uma altura em que já não é possível.

Este novo avatar da produção em massa para um consumo em massa, que corresponde às cadeias de valor montadas, bateu em dois muros: o primeiro é o muro da mudança climática e meio ambiente (se toda a gente quer carros, casas, viajar, etc., não há lugar para todos) e o segundo é o muro dos interesses constituídos (*vested interests*). São elites – de direita ou de esquerda, operárias ou capitalistas – que não querem mudar nada, porque têm medo de perder as suas vantagens. Recusam ir mais além na competição interna externa, só que essa competição é a base do negócio do modelo de produção e consumo em massa. Dou sempre o exemplo da China, que sabe que não é possível continuar a exportar produto final para os Estados Unidos e Europa, e que têm necessariamente de desenvolver o mercado interno, só que para ter consumo interno é necessário ter escolhas e haver liberalização do crédito. Só que o poder do Partido Comunista chinês é distribuir crédito. O Brasil também é um exemplo, pois é um país extremamente anticapitalista, onde há uma elite com uma mentalidade fazendeira (explorar matérias-primas, esperando que alguém de fora compre e tendo um bando de escravos a trabalharem gratuitamente).

Isto já não é possível no mundo de hoje. Tudo isto cria reticências à criação de economias modernas dentro do modelo da produção em massa para consumo em massa.

A crise de 2008 foi muito importante, porque mostrou a impossibilidade de manter este modelo de produção e consumo em massa com estes dois muros e, portanto, a impossibilidade de manter a classe média. Se já não há possibilidade de manter a prosperidade e aumento de classe média, o que vai acontecer? Será que tudo vai acabar, sobretudo a democracia?

A classe média tradicional está, na realidade, estagnada ou a desaparecer nos países industrializados e a crescer cada vez mais devagar nos países emergentes. Isto porque o modelo não consegue continuar a sustentar este grupo social. Neste sentido, a culpa não é da globalização, nem das tecnologias digitais, mas sim dos limites deste modelo de produção e consumo em massa.

Cada vez que temos um problema deste tipo na sociedade industrial, que começou há 200 anos, podemos ter como solução uma guerra, que destrói muita gente e mata muitas elites que não querem mudar. No entanto, isto é cada vez mais complicado devido ao mundo interdependente. O que está a acontecer, como aconteceu no início do século XX, é uma nova revolução industrial. Estamos a passar do modelo de produção em massa para um consumo em massa com uma comunicação de massa, para um novo modelo extremamente radical e diferente, que é uma produção em rede e adaptada, para um consumo personalizado, com comunicações permanentes de ida e volta individualizadas e em rede. Este modelo produz uma dinâmica totalmente nova e também problemas novos. E com a ideia subjacente de que este modelo tem de produzir uma tecnologia mais limpa.

Esta nova economia individualizada, dita digital, está a fragmentar todas as classes. A classe operária já praticamente não existe, está a ser fragmentada em milhões de empresas e indivíduos, bem como a classe média e os vários níveis de classes capitalistas. As classes estão fragmentadas e conectadas. Esta transição está a provocar, como em todos os períodos de revolução económica, imensas desigualdades, não apenas a nível social,



mas também desigualdades territoriais, entre e dentro dos países. Nos países, temos polos cada vez mais ricos e modernos ao lado de territórios cada vez mais pobres e sem recursos. Isto cria tensões internas muito fortes. Falamos que é importante construir cidades limpas ou as chamadas *smart-cities*, mas para isso são necessários enormes recursos, que não são aplicados noutras coisas. Vamos ter, nos lugares mais ricos, polos urbanos cada vez mais fortes com territórios cada vez mais desconetados mesmo ao lado, sendo que esses polos urbanos se conectam entre si através das fronteiras. Isto significa que é muito difícil para qualquer governo ou autoridade pública administrar essas dinâmicas.

Atualmente, o problema central é: qual deve ser o regime político adequado para esta nova forma de vida social? A democracia representativa não pode ser vista como a única e última forma definitiva da democracia. O fim da classe média não é o fim da democracia. Temos é de mudar a forma da democracia.

Os países emergentes que conseguirem manter o mínimo do velho modelo de produção em massa

para consumo em massa, aumentando a competição interna, vão poder continuar a tentar alargar as suas classes médias e estabelecer maiores regimes de democracia representativa, sempre sabendo que vão bater rapidamente no limite. A outra solução são os regimes autoritários, só que estes funcionam no início, quando se trata de explorar fatores de produção que não eram utilizados, passando depois a bloquear as coisas que são necessárias, como a criatividade e a inovação. O desafio é evitar regimes técnico-totalitários (em que as novas tecnologias permitem controlar pessoalmente toda a gente) e inventar novas formas políticas que garantam os direitos e liberdades pessoais, que sejam *“accountable”* e que possamos chamar de democráticas.

Dando um exemplo, vale a pena seguir a experiência em curso na França com o movimento Macron, que eu chamo uma espécie de *“start-up política”*: não é um partido, é um movimento; não tem ideologia; o que interessa é resolver os problemas. Antes das eleições, Macron enviou milhares de militantes auscultarem mais de 100 mil eleitores sobre quais os problemas e o que pensavam sobre diversas questões, tendo pegado em tudo isso e feito um programa político.

A partir daí, tem-se um indivíduo no topo que decide, mas não decide uma ideologia ou projeto de sociedade, apenas decide como solucionar os problemas. Ou seja, basta de problematizar e analisar, o que se pretende é saber o que é preciso fazer e implementar as respetivas soluções. Eles não querem transformar-se num partido com o objetivo de ficarem durante anos ou se perpetuarem, mas apenas resolver - e se não resolverem, deixam a política. Quem sabe este possa ser um dos exemplos possíveis de um sistema transitório para uma nova sociedade, cujos contornos ainda desconhecemos. Mas sabemos que durante esta transição, vai doer: como disse George Friedman, “apertem os cintos!”.



As IMVF Briefs são publicações dirigidas a um público alargado, onde se apresentam de forma concisa as questões essenciais sobre determinado tema ligado ao desenvolvimento.

Este paper foi inicialmente apresentado na 3ª Conferência de Lisboa sobre a Desenvolvimento em Tempos de Incerteza, realizada em maio de 2018. Mais informações em www.clubelisboa.pt

Alfredo Valladão é Professor na Paris School of International Affairs (PSIA), Sciences Po, em Paris. É Investigador sénior do OCP Policy Center (Rabat) e Presidente do Conselho Consultivo da Associação UE-Brasil (Bruxelas). É membro do Conselho Consultivo Internacional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI, Rio de Janeiro), membro do Comité Rencontres Internationales de Genebra e Diretor para a América Latina no Centre d'Études Sociales, Économiques et Managériales (CESEM-HEM Rabat). Foi anteriormente membro do Conselho de Administradores da UNITAR (2009-2015), Diretor para o Mercosul na Sciences Po (1999-2010) e Coordenador do Grupo de Trabalho sobre as negociações UE-Mercosul. Tem vasta obra publicada sobre geopolítica, economia global, integração regional e negociações comerciais, o Brasil e a América Latina. Tem o doutoramento *summa cum laude* em Ciência Política pela Sciences Po Paris.

SOBRE O INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

Criado em 1951 como instituição privada de utilidade pública, o IMVF é uma Fundação para o desenvolvimento e a cooperação, tendo iniciado atividade como ONGD em 1988 em São Tomé e Príncipe. A partir dos anos 90 expandiu a sua ação a outros países, com predominância aos de língua oficial portuguesa e aumentou as áreas de atividade. Já em 2017 voltou a alargar a sua ação a novas geografias em África e na América Latina. O trabalho feito e os resultados alcançados tornaram o IMVF numa entidade de referência nos domínios da cooperação e do desenvolvimento.

ABOUT THE INSTITUTE MARQUÊS DE VALLE FLOR

Created in 1951 as a private institution of public utility, IMVF is a foundation for development and cooperation, having started its activity as a NGDO in 1988, in Sao Tome and Principe. From the 90s onward, the Institute have expanded its actions to other countries, mainly Portuguese Speaking Countries and broaden its scope of intervention. In 2017 it widened again its sphere of activities to new geographies in Africa and Latin America as well. The work done and the results obtained have turned IMVF into a key stakeholder in different areas of expertise and intervention such as Cooperation and Development.

Instituto Marquês de Valle Flôr
Rua de São Nicolau, 105
1100-548 Lisboa
Portugal
Tel: + 351 213 256 300
E-mail: info@imvf.org